



**Partir ou fugir? Os não ditos por trás da história.
Quando a emigração é para elas uma questão de não-reprodução**

*Leave or escape? The unspoken behind the story.
When emigration is for women a matter of non-reproduction*

Elisabeth Defreyne¹

Tradução para a língua portuguesa:

Sara Santos

Andréa Lobo

Resumo: Este artigo trata da partida de diversas mulheres da ilha de Santo Antão vivida por diversas mulheres encontradas durante um estudo etnográfico realizado pela autora entre 2011 e 2014. Apreendidas a partir de uma perspectiva de gênero, estas histórias de mobilidade não mais nos falam da partida como um ato de reprodução social, mas como uma possibilidade de emancipação, de não-reprodução e de distanciamento dos papéis sociais vivenciados como impostos. No espaço de alguns intercâmbios, estas mulheres nos falam acima de tudo de suas esperanças e sonhos.

Palavras-chave: Intimidades; gênero; mobilidades; Santo Antão; Cabo Verde.

Abstract: This article deals with the departure from the island of Santo Antão of several women interviewed during an ethnographic study conducted by the author between 2011 and 2014. Apprehended from a gender perspective, these mobility stories no longer tell us about departure as an act of social reproduction, but as a possibility of emancipation, of non-reproduction and of distancing from social roles experienced as imposed. In the space of a few exchanges, these women tell us above all about their hopes and dreams.

Keywords: Intimacy; gender; mobility; Santo Antão; Cape Verde.

¹ UCL – Université Catholique de Louvain.

Introdução

“Mulheres, é assim!” – Mãe Joaquina: foco em um instante etnográfico

“Estávamos sentadas na poltrona de veludo vermelho de sua salinha, entre as fotos dos filhos e outros bibelôs. Mãe Joaquina explicou-me que tudo começou com os seus três irmãos e irmã mais novos, de quem teve de cuidar desde muito cedo. ‘Eu não podia ir para a escola. Eu chorava por causa disso’, ela me disse. ‘Meus pais me diziam que era assim quando se era a filha mais velha.’ Ela então me falou sobre seu casamento, momento que marcou sua transição de um lar para outro. Neste último, ela teve que cuidar dos primeiros cinco filhos do marido. Então vieram os seus oito, um dos quais morreu ao nascer. A metade deles, dentre os vivos, emigrou para o estrangeiro ou para outras ilhas do arquipélago. Depois vieram os netos. Em particular, ela me fala sobre os três filhos de seu filho Manuel, todos criados por ela. Ao mesmo tempo que alguns dos seus filhos, depois os netos, iam morar com gente da família na ilha de São Vicente durante os seus estudos, ela acolhia outros *de fora*, do interior, isto é, de outras zonas da ilha. ‘Cheguei a ter vinte pessoas morando em casa!’, ela me disse. Enquanto escrevo estas linhas, penso nos muitos bisnetos que frequentemente encontrava em sua casa e que lhe eram confiados para passar o dia. Naquele dia, Mãe Joaquina encerrou nossa conversa dizendo-me, sua voz impregnada de certa fatalidade, ‘mulheres, é assim!’”².

Mãe Joaquina estava na casa dos setenta nessa ocasião. Viúva há muito tempo, vivia numa pequena vila na ilha de Santo Antão, em Cabo Verde. Sua casa era um local de movimento permanente, animado por um constante ir e vir. Mãe Joaquina sempre tinha algo a fazer para um ou outro: uma cama, um almoço, um cuidado... No dia desta visita à sua casa, uma segunda-feira à tarde, estava tudo calmo. Mãe Joaquina fez uma rara pausa para me contar um pouco de sua história. Ela nunca reclamava. Mas ela não precisava dizer nada: o cansaço transparecia em seu rosto, profundamente marcado pelo tempo e pelas responsabilidades que assumiu desde a infância. Com efeito, após a nossa conversa daquele dia, fiquei particularmente tocada pela forma como a função de mãe e os imperativos ligados à gestão da casa conduziram e marcaram toda a sua existência, e permearam a sua própria intimidade até abrangê-la totalmente. Como passava dia e noite ao pé do leito de uma senhora idosa da família, de quem cuidava em casa, Mãe Joaquina já não ocupava mais o seu quarto, onde nunca dormia. Ela também me contou naquele dia sobre o único descanso forçado do qual pode se beneficiar, longe de lá, em Portugal. Ela esteve lá por algumas semanas com sua filha, tempo de procurar tratamento para um grave problema de saúde.

² Notas de campo, maio de 2011.

Colocando em perspectiva e proposta

Ao recuperar a história dessa mulher e mãe, Joaquina, quero colocar em relevo um dado resultante da etnografia que realizei em território cabo-verdiano e que ressoa em muitos trabalhos relativos a esta sociedade: o lugar ocupado por mulheres como intrinsecamente ligado à maternidade e ao lar. Se o exterior, a “rua”, é o lugar do masculino, o interior, a casa ou o lar, seria o lugar do feminino. Assim sublinha Andréa Lobo no início da sua etnografia relativa à ilha da Boa Vista³: “É fácil identificar uma clara conexão entre as categorias mulher e casa, e homem e rua. Tal conexão não está ligada à subordinação feminina, mas pelo contrário, conduz à dominância feminina na esfera doméstica. A casa é, então, o lugar das mulheres e para as mulheres”⁴.

Lugar valorizado por algumas, por vezes é vivenciado como uma imposição em uma sociedade ainda marcada por um forte patriarcado. Se Mãe Joaquina, como muitas mulheres idosas, fala das responsabilidades assumidas e do lugar ocupado como algo inevitável (não parecendo questionar esta situação), outras mulheres me confidenciaram muito abertamente a sua recusa a esta situação e às responsabilidades que lhes são impostas, seja por um homem, seja pela família ou mesmo por toda a sociedade. Este artigo pretende dar um lugar de destaque a essas vozes que são críticas à organização social existente; vozes muitas vezes mantidas fora do campo do discurso dominante, escondidas – expulsas – por trás de histórias claramente dominadas por uma visão masculina da realidade. Disto também não escapa o discurso sobre a mobilidade neste “arquipélago transnacional cabo-verdiano”⁵, assunto que estudei especificamente.

As histórias que utilizarei neste artigo são, portanto, narrativas de migração a partir da ilha de Santo Antão. Elas foram recolhidas durante o meu trabalho de pesquisa de Doutorado, uma etnografia de quase quinze meses que teve seu início em 2008 e sua continuidade entre os anos de 2011 e 2014, quando estive entre as “gentes de Santo Antão”. A etnografia foi realizada entre as ilhas de Cabo Verde (principalmente a de Santo Antão), Luxemburgo e Bélgica – dois locais para onde emigram e por onde circulam milhares de cabo-verdianos. No livro dedicado a esta pesquisa⁶,

³ Em Santo Antão, a ilha rural mais setentrional do arquipélago, logo percebi essa forte dicotomia entre os espaços do masculino e do feminino que ditam os lugares a serem ocupados, como cedo pude constatar, já em minha dissertação de mestrado em antropologia (DEFREYNE, Elisabeth. *Ethnographie à Ponta do Sol (Santo Antão), via le prisme du tourisme*. Mémoire présenté dans le cadre du Master en Anthropologie – Université Catholique de Louvain, Louvain-La-Neuve, 2008).

⁴ LOBO, Andréa de Souza. *Tão longe, tão perto. Famílias e “movimentos” na ilha de Boa Vista de Cabo Verde*. Praia: Edições UniCV, 2012. p. 70.

⁵ BATALHA, Luís; CARLING, Jørgen (Eds.). *Transnational archipelago: perspectives on Cape Verdean migration and diaspora*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008.

⁶ DEFREYNE, Elisabeth. *Au rythme des tambours. Ethnographie des mobilités des « gens de Santo Antão » (Cap-Vert, Belgique, Luxembourg)*. Louvain-la-Neuve: Éditions Académie. No prelo.

demonstro toda a questão da reprodução social (um “fazer família e sociedade”) intrínseca às muitas saídas para a emigração. Nele, explico como estes emigrantes representam um verdadeiro capital – uma forma móvel de estar no mundo – transmitido de geração em geração. Também demonstro como a saída – enquanto um ato padronizado em um “campo das possibilidades” acessível a todos e todas – está intimamente ligada à representação e vivência de uma vida que se deseja como sempre melhor.

Aqui, gostaria de colocar no centro das minhas observações as perspectivas das mulheres sobre o movimento para o exterior das ilhas e, assim, propor uma abordagem generificada da partida que revele, se bem a ouvirmos, uma outra história, completamente diferente e contra a corrente do discurso dominante⁷. O que nos contam essas mulheres e suas histórias de partida? O que estas últimas nos ensinam especificamente sobre as relações de gênero na sociedade cabo-verdiana? Como, utilizando o caminho da partida – aquele de uma certa aposta esperada de reprodução social por excelência –, algumas mulheres também expressam seu desejo de não reprodução das relações de gênero impostas nas ilhas? O que elas nos contam sobre suas próprias conquistas? Aqui estão algumas das perguntas que permeiam este artigo e para as quais tentarei fornecer algumas respostas ou pelo menos um ponto de vista etnográfico⁸.

Histórias de partidas: quando partir é fugir

Abordarei aqui alguns elementos de três relatos que tratam da saída de mulheres da ilha de Santo Antão. Como outras autoras já apontaram em seus trabalhos^{9,10}, o homem muitas vezes é diretamente mencionado como causa da partida delas, este representando toda uma vida de conflitos e dificuldades dentro do lar. Nessas histórias – que, ao contrário das masculinas, não revelam

⁷ Um discurso que trata de uma certa ideia de reprodução social e, em sua versão exclusivamente masculina, de um mundo exterior a ser conquistado. Voltaremos a isso.

⁸ Gostaria de sublinhar uma especificidade das histórias que vou relatar, as quais me foram confiadas por mulheres que conheci na Europa. Se é possível supor – embora eu não esteja em condições de o afirmar – que a distância da ilha de origem, onde se ancoram os valores e o modelo das relações de gênero aqui em causa, e certamente também o encontrado em terreno europeu, parecia favorecer em parte a libertação de uma voz feminina, vou mostrar como, apesar de tudo, *in fine*, o vivido em um espaço amplamente “transnacionalizado” não permite (sempre ou como se esperava) um distanciamento ao padrão do qual essas mulheres fugiram.

⁹ LOBO, *op. cit.*; GRASSI, Marzia. Transnational lives, labor, and gender in the Cape Verde diaspora. In: SILVA, Carmelita; FORTES, Celeste (Orgs.). *As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas*. Praia: Edições Uni-CV; CIGEF, 2011. pp. 223-240.

¹⁰ Nas conclusões de seu artigo, Marzia Grassi aponta essa questão muito claramente: “*At the same time, the gender-based social discrimination that prevails in the Cape Verdean society (Grassi, 2003, pp. 161-180) underpins the women’s mobility (...)*” (GRASSI, 2011, p. 236). Em tradução desta autora: “Ao mesmo tempo, a discriminação social baseada no gênero que prevalece na sociedade cabo-verdiana (Grassi, 2003, pp. 161-180) está na base da mobilidade das mulheres (...).”

somente uma visão positiva e positivada da emigração¹¹ – é a ordem social de gênero que é questionada, posta em causa. Ao se apropriarem, por meio da saída, das categorias de “força” e “movimento”¹², algumas mulheres me falaram de sua conquista: uma vida fora de casa, sendo esse um caminho para a construção de sua própria intimidade.

“Eu não podia mais suportar” – Carmen

Carmen é uma jovem de trinta e poucos anos. Quando a encontrei pela primeira vez em Antuérpia, não podia imaginar a história que ela iria me contar. Era como se a partida a tivesse transformado em outra, a saber, essa mulher mais confiante e com mais energia. Ela havia chegado cinco anos antes na Bélgica. Eu a encontrei em sua casa, em um dia de junho de 2013, para realizar uma entrevista mais formal e gravada em torno da história de sua partida para a Europa. Ela contou a mim e a si mesma.

Quando era apenas uma estudante do ensino médio, vinda de uma localidade pequena e muito isolada da ilha de Santo Antão, Carmen tinha muitos motivos para sonhar e desejar a Europa: sua mãe e seu pequeno irmão já tinham se ido, depois chegou a vez do seu primeiro amor da juventude. Acontecimento que atçou ainda mais sua vontade de partir também, para se juntar a ele.

Minha mãe tinha me enviado os documentos (...) Mas depois disso eu não quis saber mais nada sobre a Europa. Eu tinha minha vida lá, eu estava bem! Mas depois de um tempo, a ideia de partir para a Europa voltou a me ocorrer! Porque eu tinha um amor que emigrou para a França. Aí eu queria ir lá também, já que ele tinha ido embora (...) Ele foi pra Europa, eu queria ir também! [Ela ri]¹³.

Mas a vida seguiu seu curso, seu primeiro amor se evaporou com o tempo e com ele a vontade de partir: “Ah, então, desisti mais uma vez. Conheci o pai do meu filho, tive o meu filho, não queria ir embora e deixar o meu filho lá”, explicou-me Carmen. Quando ela finalmente havia decidido ficar em Cabo Verde, a ideia voltou com força à sua mente, até finalmente se impor a ela como uma urgência. Na verdade, Carmen havia acabado de se mudar para o vilarejo de seu novo companheiro e pai de seu filho. Essa instalação se constituiu como uma primeira saída de sua zona de origem, que era ainda mais isolada. “Lá”, ela me disse, “não há futuro para ninguém!”. Logo, seu homem, que trabalhava na cidade, se interessou por outras moças. Se ela de início aceitou sem

¹¹ Sem muita surpresa e se nos referimos à valência diferencial dos sexos (Simone de Beauvoir), as categorias e realidades associadas ao masculino são, em um sistema patriarcal, sempre positivas, ao contrário do que é associado ao feminino.

¹² LOBO, *op. cit.*, p. 11.

¹³ Entrevista com Carmen, em crioulo, Antuérpia, 29/06/2013.

muito vacilar, mesmo porque retornar à sua aldeia lhe era impensável¹⁴ e ela não tinha outra alternativa (pois não tinha trabalho), a situação se agravou a ponto de não ser mais suportável.

Eu, quando eu tive meu filho, minha vida era em casa. Casa, casa, casa. Como uma empregada que cuida da casa. Pegava uma panela, colocava a panela de volta, pegava a panela, eu não fazia mais nada. Eu não ia nunca às festas, eu não via ninguém quando tive o meu filho, tinha vinte anos, mas envelheci antes de envelhecer! Automaticamente: velha!^{15,16}.

O que Carmen me descreveu – embora hoje ela possa rir disso – é de forte violência psicológica: confinada ao seu papel de dona de casa, toda a aldeia conhecia as aventuras do namorado, mas ninguém falava, todos sabiam, mas ficavam em silêncio. Sobre as aventuras de seu *pai-de-fidje* (pai de seu filho), ela diz:

Éramos apenas três na aldeia! Ah, mas havia mesmo outras! [Ela ri] Por exemplo, eu morava com ele, eh, e na casa ao lado estavam as outras duas (...) Enfim, eu fiquei lá, aguentei, até o dia que tive que deixar. (...) Porque às vezes você confia em uma pessoa, que vai contar para outra, depois outra, então eu já não contava mais com ninguém, todos os meus problemas eu os escrevia. Mas chegou um dia em que não aguentei mais. Minha vida era só chorar (...)¹⁷.

O que parece ser insuportável é o ambiente generalizado de mentira que ela descreve; e o silêncio em torno deste homem que tudo e todos pareciam proteger:

Sim, é assim mesmo. Você nunca vê nada. E todo mundo fala, todo mundo sabe, mas você nunca os vê juntos! E quando ele fala com você, ele diz que é tudo mentira, falso! Então... então, então ele me dizia que não tinha nada, que ele só apreciava essa garota lá (...) eu sentia como se minha cabeça fosse explodir!¹⁸.

Foi assim até o dia em que essa outra mulher engravidou. Carmen não aguentava mais os não ditos: os de seu companheiro, mas por detrás dele, os de toda a vila. “Nós terminamos (*Me ma el estraga*)”, Carmen me explicou. Ela então conseguiu um emprego na cidade que, ela pensou, lhe traria a “liberdade”. Tratava-se de um trabalho remunerado por uma ONG sueca; um trabalho interessante que a permitiu se voltar para as crianças em sua zona de origem. Mas o fantasma dessa relação continuou presente. O homem, uma vez rejeitado e não mais desejado, voltou à carga, como se essa história nunca fosse ter um fim:

¹⁴ O que ela me contou se passou no decorrer dos anos 2000, mas ecoa o discurso das mulheres da geração mais velha para quem o casamento (na ausência de emigração) era a via de saída do lar familiar.

¹⁵ Faremos abaixo a ligação com a questão transgeracional: aqui, ao afirmar ter envelhecido “automaticamente!”, Carmen associa muito claramente sua vida de “mulher em casa” (por que não “dona de casa”?) com o “passado”.

¹⁶ Entrevista com Carmen, em crioulo, Antuérpia, 29/06/2013.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ *Idem*.

Quando terminamos, ele me incomodava, me ligava. Ele controlava cada passo que eu dava. Então eu decidi... (...) Minha cabeça estava confusa, eu não aguentava mais. Foi então que decidi ir para a Europa! Achei que meus problemas iam acabar [ela começa a rir] (...). Do Porto Novo eu parti para a Europa. Deveria ser só para passar as férias. Eles me deram férias no meu trabalho, eu tirei férias, eu fui embora. Tirei férias e nunca mais voltei.

Desde um lugar isolado a outro, até a cidade portuária de Porto Novo (porta de entrada/saída da ilha), de onde afirma ter partido para a Europa em 2008, o percurso de Carmen a partir de sua vila natal é de mobilidade, de uma mulher em construção que, pela emigração, consegue fugir de um homem dominante, ou de uma situação de dominação. Uma violência que marca as relações de gênero¹⁹ e que até então parecia intransponível em Santo Antão. Refiro-me à violência não necessariamente física, mas também psicológica (pois é desta que me fala Carmen), violência que é tanto maior quando subordina a mulher a uma mentira partilhada por toda a coletividade – que, portanto, participa da experiência de dominação da jovem: “Todos sabiam que ele me traia, mas ninguém me contava”²⁰. Um hábito de não se intrometer – ou se intrometer demais²¹? – que diríamos que faz as pessoas sofrerem, em um ambiente relativamente fechado e reduzido, no qual impera um conhecimento mútuo muito forte. Um contexto de gênero difícil de suportar para essa jovem em busca de “liberdade”, para usar suas próprias palavras.

A emigração não teria, portanto, surgido para Carmen como um ato de libertação de um *status quo* de gênero que dita o lugar a ser adotado por todos e cada um? Não deveria a sua saída ser contada como uma oposição, uma luta contra esta “invisibilidade permanente a que as mulheres estão sujeitas no discurso, a negação sistemática da sua singularidade que tem efeitos nefastos na configuração da sua identidade”²².

“Muitas mulheres não têm a minha coragem” – Maria

Conheci Maria em Bruxelas no início de meu trabalho de campo do doutorado, em maio de 2011. Em sua casa, essa senhora de aproximadamente cinquenta anos me confiou sua história e compartilhou comigo seu desejo explícito de que eu a contasse.

¹⁹ Para uma visão geral da violência contra as mulheres, alimentada pelo desejo de “controle” dos homens sobre elas dentro da população cabo-verdiana, ver ROSABAL, Maritza. As faces (in)visíveis da violência de gênero. In: SILVA, Carmelita; FORTES, Celeste (Orgs.). *As mulheres em Cabo Verde – experiências e perspectivas*. Praia: Edições Uni-CV, 2011. p. 141-166.

²⁰ Entrevista com Carmen, em crioulo, Antuérpia, 29/06/2013.

²¹ Neste pequeno mundo insular muito se reclama das *fofoceras* (fofoqueiras).

²² ROZABAL, *op. cit.*, p. 163.

Ao contrário de outras mulheres, Maria me explicou a causa de sua partida: o ciúme excessivo de seu marido em Cabo Verde. Com muita determinação na voz, ela comentou sobre sua partida definitiva de lá como uma “fuga”, a única maneira que ela encontrou para “sobreviver” a essa relação com um homem que, apesar de tudo, continuava sendo o homem da sua vida. “Eu o amarei até a morte, ele é o pai dos meus filhos”²³, disse-me: palavras comoventes que traduzem a complexidade e a ambiguidade dos sentimentos e da vida.

Preso a uma relação de controle e dominação, foi durante a segunda viagem a Portugal para cuidar de sua filha doente que ela decidiu ficar/permanecer na Europa. Isso ocorreu em 1986. “A segunda vez eu sabia que eu não retornaria”, ela afirmou. Ela então deixou cinco crianças confiadas aos cuidados das irmãs e de uma tia. Maria me falou dessa separação como a lembrança “mais dolorosa” de sua existência, como de um “abandono” do qual ela ainda se arrependia. No entanto, e após um percurso difícil na Europa (irregularidades administrativas etc.), de Portugal à Bélgica, Maria conseguiu, graças a um casamento contraído em solo belga, levar seus filhos para perto dela. Essa foi a vitória da sua vida: “Eu trabalhei duro para conseguir trazê-los todos. Esse era meu objetivo, e eu o alcancei”.

A emigração, no seu caso, se relaciona nitidamente a uma emancipação da sua condição feminina. As recordações de Cabo Verde são duras:

Aos dezesseis anos eu tive meu primeiro filho. (...) Aos vinte e três anos eu já tinha cinco filhos. Foi então que eu soube que havia a pílula, e a tomava às escondidas. Meu marido dizia que a pílula é para mulheres que não são sérias, que dormem por aí. Eu costumava enviar minha filha mais nova para a fila para buscar a pílula (...) Eu nunca trabalhei em Cabo Verde, ele não queria!²⁴.

Quando o marido começou a jogar fora todo o dinheiro dela, a situação foi por água abaixo.

“Partir foi a única solução para minha liberdade, para não ser mais uma mulher submissa”, ela me confidenciou. Mais uma vez, as palavras que Maria me confiava eram fortes e surpreendentes; como Carmen, essa mulher emanava uma forte energia e uma notável confiança. Ela termina sua história me contando: “Muitas mulheres disseram que eu tive coragem de fugir do meu marido. Outras, não”²⁵.

Tanto no caso de Maria como no de Carmen, deixar a ilha foi realmente um ato de sobrevivência. Se as condições materiais eram realmente difíceis (Maria se recordava das penúrias do leite em 1972), a sobrevivência à qual Maria se referia era de outra ordem: era a psíquica, de uma mulher que não podia mais aceitar a maneira como era tratada, apesar de todo o amor que

²³ Notas de entrevista, Bruxelas, 11 de maio de 2011.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Idem*.

ainda sentia, paradoxalmente, por aquele homem, agora morto. Partir é literalmente fugir do que faz parte de uma ordem social estabelecida. Se as duas mulheres fogem de um cônjuge, elas desejam também, portanto, se livrar de uma organização social opressora. Por um lado, podemos compreender essa questão notoriamente nas palavras de Carmen: ela comenta sobre esses outros (homens, mulheres), que “sabiam” das traições, mas não diziam nada sobre elas, contribuindo para a sua infelicidade e para a opressão que ela viveu em Santo Antão; ela descreveu muito nitidamente seu papel de dona de casa enquanto uma mulher “velha” (estou aqui utilizando as palavras dela) como se quisesse descrever uma organização social ultrapassada, que não mais pertencia à sua geração de mulheres. Maria, por seu turno, falava sobre outras, que não tiveram a sua coragem: a reivindicação na sua voz revelava uma crítica sutil, mas muito bem apresentada, ao sistema em questão e àquelas que não se opunham a ele, aquelas que, diferente dela, não “fugiram” de uma situação de opressão. Maria contava sua história com orgulho. Na história que se segue, a de Francisca e de suas filhas, essa dimensão de ruptura com a estrutura social, sobretudo a questão intergeracional e a de uma outra transmissão/ reprodução (ou de uma outra maneira de ser mulher) está muito presente e explicitamente expressa.

“Coloquei meus pés no avião pensando que minha vida mudaria” – Francisca

Ato contínuo ao momento em que nos conhecemos e das nossas primeiras trocas em 2010 em Antuérpia, Francisca inseriu suas duas filhas, agora adultas e vivendo na Bélgica, no centro da sua história. A recordação dolorosa do “abandono” delas em Cabo Verde (o tempo que levou para levá-las a solo europeu) foi a razão pela qual Francisca, que se tornou minha amiga ao longo dos anos, demorou para me contar a história da sua partida da Ilha de Santo Antão. Como muitas outras, Francisca me falou inicialmente sobre sua partida como a história de uma busca por uma “vida melhor”: “Eu queria dar uma vida melhor às minhas filhas (...) Assim que pensei sobre isso, decidi partir. No início foi difícil, coloquei toda a minha coragem (...)”²⁶.

À época, partir era, antes de tudo, oferecer mais oportunidades e um futuro melhor às suas duas filhas, que haviam ficado com sua mãe em Santo Antão. Francisca me falava dos sapatos, do alimento, das mochilas, dos cadernos, dos remédios que ela podia finalmente comprar e enviar da Europa para as meninas. Tratava-se, assim, de tirar suas filhas do ciclo de pobreza, do qual Júlia, uma delas, se lembrava muito bem quando me disse, sem rodeios: “Do que eu me recordo de Cabo Verde, é da fome!”²⁷.

²⁶ Entrevista com Francisca, Antuérpia, 11/07/2012.

²⁷ Entrevista com Júlia, Antuérpia, 10/07/2012.

Se este aspecto do relato de sua história é relativamente claro e esperado (em um discurso relativamente comum – ou mesmo padronizado, dominante? – sobre a partida para a migração), minhas trocas com Francisca, assim como com suas filhas, trouxeram outra dimensão da sua saída da ilha. À medida que nossas conversas prosseguiam, Francisca começou a me confiar um outro aspecto da viagem e do seu processo de colocar-se em movimento: a busca do que M. Guiffré denomina de “lar idealizado”²⁸, ou seja, uma realidade que está muito distante do que Francisca experimentou nos anos 1990 em Cabo Verde, em uma casa com condições muito modestas, com um pai ausente e com pouco ou nenhum envolvimento na vida das meninas. A esperança que levou à sua partida, como se estivesse mantida em segredo e que um dia ela me confidenciou em meias palavras na cozinha de seu apartamento em Antuérpia, foi na verdade tripla: ter um emprego que lhe oferecesse mais possibilidades do que o que tinha então em Cabo Verde (cozinheira de escola/merendeira), uma casa própria e um “bom marido”. Além disso, ela me confidenciou, quase silenciosamente, aquele dia: “Pisei no avião pensando que minha vida iria mudar”. Acima de tudo, ela se lembrava: “Minha mãe não queria que eu seguisse seu exemplo”. Um desejo de não reprodução de um *status quo* de gênero transmitido por Francisca a suas próprias filhas, uma das quais, durante uma entrevista, me disse: “(...) Eu não queria seguir o exemplo da minha avó e da minha mãe: ser dona de casa. Aqui é diferente (...). Eu quero aproveitar a minha vida, viver mais. Aqui você aprende mais coisas do que você pode ensinar a seus filhos”²⁹.

Aqui temos duas gerações de mulheres que, como Carmen e Maria anteriormente, assumem (ou falam como tal posteriormente) a experiência da partida da ilha como uma oportunidade de se livrarem de um lugar pré-definido a ser ocupado na casa. Sobretudo, partir se assemelha a um novo começo. É começar a viver uma vida escolhida. Mas será que Francisca e sua filha chegaram efetivamente – nas palavras de Julia – a “viver mais”, “aproveitar” mais? O que eu pude observar dessa ruptura efetiva com a estrutura de gênero no momento da partida dessas mulheres, acima de tudo dessas mães, da ilha de Santo Antão? Se a postura de algumas sem dúvidas refletia, no momento de nosso encontro, o caminho percorrido e a mudança em suas vidas, será que a tão esperada ruptura ocorre sistematicamente somente pela saída das ilhas? A resposta é, obviamente, matizada. Muitos fatores podem ser apresentados para explicar a impossibilidade de uma ruptura, ao menos, com esses padrões sociais de gênero vivenciados nas ilhas. Pois, se Maria e Carmen são figuras de força, afastadas da imagem de mulheres submissas a relações de dominação, como

²⁸ GIUFFRÉ, Martin. Mulheres que ficam e mulheres que migram: dinâmicas numa relação complexa na ilha de Santo Antão (Cabo Verde). In: GRASSI, Marzia; ÉVORA, Iolanda (Orgs.). *Gênero e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, 2007. pp. 193-215.

²⁹ Entrevista com Julia, Antuérpia, 10/07/2012.

retratadas em suas respectivas histórias de antes da partida, nem todas elas alcançaram efetivamente ou totalmente a ruptura esperada.

Francisca, no dia em que me confidenciou essa esperança tripla que a levou a partir, comentou não ter obtido (ainda) o que desejava. De fato, minha amiga estava desempregada na época em que nos conhecemos e vivia com uma renda limitada (ainda mais porque ela tinha que sustentar suas filhas e seu neto). Ela alugava um apartamento pequeno e apertado e toda a família dormia lá. Acima de tudo, ela continuava a sustentar esse homem, pai de suas filhas, que naquele momento também estava na Europa, a quem ela descrevia (e eu concordo) como vivendo às suas custas, inconstante e muitas vezes ausente. Muito claramente, para Francisca e suas filhas, livrar-se dos padrões de gênero e – como sua filha mais nova verbalizava, do papel de “dona de casa” – não é uma coisa fácil de se fazer. As responsabilidades vividas como imposições a essas mulheres nas ilhas – e das quais elas esperam e pensam se livrar à medida que saem – inevitavelmente as seguem. Assim, como bem assinala Marzia Grassi em seu trabalho, e apesar dos relatos descritos até o momento, a emigração não pode ser considerada exclusivamente como um fator de emancipação da mulher, até porque, como a autora aponta para a sociedade cabo-verdiana, a discriminação baseada no gênero “acompanha as mulheres nos locais de acolhimento”³⁰. Examinemos mais de perto esse aspecto.

Antes de tudo, a Europa não está isenta de estruturas de gênero estereotipadas, e o patriarcado continua a se imprimir nas vidas que se levam lá. Embora a Europa e o mundo ocidental em geral se orgulhem de ter alcançado um certo grau de igualdade de gênero, notícias de recentes eventos públicos³¹ e mobilização internacionais³² demonstraram que a luta feminista é mais atual do que nunca; ainda mais para as mulheres imigrantes, que muitas vezes estão confinadas a empregos precários, muito frequentemente na esfera do cuidado dos outros e/ou do trabalho doméstico. De fato, seja na Europa ou alhures, as mulheres imigrantes permanecem muitas vezes confinadas ao universo doméstico (do qual, como vimos, elas estão tentando se emancipar): isso é evidenciado pelas funções (empregadas domésticas, babás) que elas geralmente exercem nos países europeus³³.

Esse é também o caso de Francisca: em Antuérpia, as primeiras redes de mulheres com as quais ela entrou em contato se constituíam por meio de uma demanda que empregava mulheres cabo-verdianas como babás dos filhos de famílias ricas, frequentemente famílias judias da capital

³⁰ Grassi, *op. cit.*, pp. 55-56.

³¹ Chegada ao poder das grandes potências mundiais de líderes abertamente sexistas e ainda mais misóginos; processos judiciais em diferentes ambientes socioculturais, etc.

³² Cf. o movimento #metoo.

³³ ÉVORA, Iolanda. Minha gente, minha terra: as atribuições sociais da emigrante em Cabo Verde. In: GRASSI, Marzia; ÉVORA, Iolanda (Orgs.). *Gênero e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, 2007.

diamantífera. Os contratos são precários, não declarados, forçando mulheres jovens a viverem juntas nas casas umas das outras, ao invés de construírem o tão esperado lar, autônomo e livre de certas restrições. Uma realidade ainda mais dura para essas mulheres, pois deixaram seus próprios filhos, confiados à família, tentando, tanto quanto possível, cuidar à distância pelo envio de dinheiro, roupas e outros objetos, ou ainda por meio de ligações telefônicas.

Para além dessas múltiplas responsabilidades ligadas aos diversos lares (aquele que elas deixaram, aquele onde elas se ocupam como empregada doméstica e aquele que reconstituem no país de imigração), muitas vezes é de toda uma família que essas mulheres devem seguir se ocupando, como evidenciam por exemplo as temporadas de férias nas ilhas, que lhes consomem muita energia. Em uma parte do meu trabalho, dedicado a esse período de férias³⁴, mostro como cuidar dos outros através de preocupações materiais frequentes leva a práticas que consomem energia durante todo o ano. O envio de *bidons* (contentores de várias dezenas de litros cheios de bens de consumo de todo tipo) ao país é muito característico, ainda mais com a aproximação do período de verão de regresso às ilhas. Gostaria de ressaltar também, no entanto, como essa prática tende a diminuir entre as novas gerações de mulheres que conheci, demonstrando uma vontade explícita de se livrarem das obrigações e do encargo da dívida que pesam sobretudo sobre as mulheres emigradas.

Finalmente, há uma característica peculiar do contexto cabo-verdiano investigado que explica essa quase impossibilidade – ao que parece – de uma ruptura precisa com os padrões de gênero dos quais querem se distanciar as mulheres que conhecemos. Trata-se da natureza própria – como evidenciou notadamente o cuidado delas para com diferentes lares, aqui [na Europa] e lá [em Cabo Verde] – do espaço social em que minhas interlocutoras viveram: esse espaço social é em grande parte transnacional, no sentido de que vai além das fronteiras físicas dos lugares habitados. Assim, o simples afastamento das ilhas não poderia provocar uma ruptura precisa e ratificar a “fuga” esperada de um sistema de dominação masculina (de corpos e de espíritos) e de uma dada organização social. De fato, embora tenham deixado fisicamente a ilha de Santo Antão, minhas interlocutoras continuaram a avançar no que eu qualifiquei de “um único local”³⁵. Uma ruptura clara nunca pareceu inteiramente possível neste “arquipélago transnacional”³⁶. Eis uma dimensão de continuidade física e tangível, a qual eu gostaria de ilustrar no último ponto deste artigo.

³⁴ DEFREYNE, no prelo.

³⁵ HAGE, Ghassan. A not so multi-sited ethnography of a not so imagined community. *In: Anthropological Theory*, n. 5, pp. 463-575, 2005.

³⁶ BATALHA; CARLING, *op. cit.*

“Nunca mais um cabo-verdiano!” – Suzana

Gostaria de deixar uma última observação do trabalho de campo que mostra o quanto, além dos discursos fortes e às vezes reivindicativos de algumas de minhas interlocutoras, a realidade observada (e não exclusivamente dita e refletida) muitas vezes se mostra mais ambígua e mais complexa, tangente, em movimento, entre rupturas e continuidades. A cena que vou compartilhar aqui decorreu no centro de Bruxelas, capital europeia, durante uma noite musical dedicada à música cabo-verdiana.

Apresentação do grupo *Ulisse's banda*, num café bruxelense. Estamos no meio de uma discussão sobre relacionamentos entre homens e mulheres com José e Suzana; relacionamentos complicados, eles dizem. Suzana então chama minha atenção para a cena que se passa na mesa ao lado. Lá, um cabo-verdiano não se dignou a dar à Belinda, amiga de Suzana, o contato de um professor belga de salsa. “Ele não quer lhe dar o número por ciúmes!”, me diz minha amiga. Esta última se insurge: trata-se, segundo ela, de uma forte expressão do machismo cabo-verdiano e, sobretudo, do controle masculino sobre as mulheres da comunidade. “Eu não quero saber nada dos homens cabo-verdianos”. Todas as raças, mas não um cabo-verdiano! (*Tud raça menos caboverdiano!*), ela me disse com muita irritação, imitando com sua mão o gesto de uma faca que corta a garganta. Palavras mordazes que não impedirão, nas horas seguintes, os corpos, incluindo o seu próprio, de se abraçarem na pista de dança...³⁷.

Suzana é uma mulher cabo-verdiana de quarenta e poucos anos. Ela se casou com um homem belga, branco. Ela viajou muito, especialmente para realizar seus estudos, e no momento de nosso encontro ela dividia seu tempo entre Bruxelas e Praia, a capital de Cabo Verde. Ela tinha orgulho de seu tipo físico “camaleão” (que ela descrevia como uma mistura de traços africanos, asiáticos e europeus) e da sua capacidade de se fundir a contextos de múltiplas origens. Naquele dia, ela expressou entusiasticamente sua oposição à tentativa de controle de um de seus compatriotas sobre uma de suas amigas. Porque, para ela, tratava-se disto: ao se negar a passar o número de um professor de salsa a uma amiga, o homem em questão trairia o desejo de controle do corpo feminino da “sua” comunidade. Uma cena, a priori banal, que revela com clareza uma (tentativa de) dominação dos homens sobre as mulheres.

Essa dominação dos corpos – ou tentativa de retê-los no interior de uma certa estrutura social de gênero – é recorrente nas histórias contadas ao longo deste artigo. É o que testemunha a história de Carmen (ver acima), quando ela nos conta: “ele me controlava a cada passo que eu dava”, levando a jovem mulher à decisão de fugir efetiva e fisicamente do contexto da ilha de Santo Antão, como uma última rota de fuga/ recurso (?). Na história de Maria, essa mesma dominação do corpo físico é contada: impedida de trabalhar por seu marido, bem como de controlar as gestações

³⁷ Trecho do caderno de campo, Bruxelas, abril de 2012.

que se sucediam, pelo uso de uma simples uma pílula que se encontrava à disposição, Maria “fugiu”. As palavras escolhidas são fortes: a mulher, jovem à época, escapa literalmente da ilha e do controle de seu marido. E é sob o pretexto de cuidar de seu filho doente que ela emigra, e não com base em uma escolha assumida abertamente. Várias mulheres me explicaram não terem podido emigrar (apesar de o projeto e o desejo pessoal de partir estarem presentes), impedidas por uma relação matrimonial ou de coabitação com o pai de seus filhos; algumas vezes o motivo desse impedimento recaía em todo o ambiente familiar e social ao seu redor, que ditava os papéis a serem desempenhados por elas. É o caso, no contexto particular da ilha de Santo Antão, das irmãs mais velhas, literalmente designadas para ficar e assumir as responsabilidades do lar, especialmente o cuidado do agregado familiar e dos seus caçulas.

De modo geral, podemos observar que a fuga se impôs, em muitos casos, como a única saída em relação a uma constante colonização dos sonhos e dos desejos dessas mulheres. Uma (tentativa de) fuga que está, no entanto, associada a uma dificuldade (ou muitas vezes impossibilidade) de realmente fugir quando esses corpos femininos, já longe das ilhas, são constantemente “apanhados” por um homem ou intimidades, por vezes, como na situação descrita da pista de dança. Pois, apesar de toda a distância física e psíquica que Suzana demonstrava estar em relação a um sistema social que de certa forma ditava os papéis e os lugares a serem ocupados, o fato é que ela abraçava esse mesmo homem no ritmo oscilante da dança, alguns minutos após tê-lo criticado. Essa dimensão “corporal” inscrita nos corpos de uns e outros é importante porque explica o quanto essa recusa de uma ordem social de gênero é complexa, pois está marcada na carne e, portanto, incorporada.

À guisa de conclusão

O objetivo deste artigo foi mergulhar na experiência migratória de algumas mulheres cabo-verdianas e, neste caminho, quebrar alguns silêncios na medida do que me foi entregue, ou seja, relatos parciais ou parcialmente compartilhados.

Ao me falar de suas partidas da ilha de Santo Antão, essas mulheres, que conheci na Bélgica e em Luxemburgo, me confiaram alguns de seus sofrimentos e formas de violência sofridas, as quais repentinamente se tornaram muito mais visíveis e compreensíveis no decorrer de nossos encontros e por meio de um certa intimidade partilhada. Fiquei sobretudo impressionada ao constatar o quanto, no início, nada do que elas diziam me permitia suspeitar dos sofrimentos físicos e/ou psicológicos vividos e suportados. Assim, por exemplo, ao me contar sua história, Carmen me

explicou que “uma mulher que ainda chora por um homem é uma mulher que não sofreu o suficiente”. O que, então, foi necessário para ter sido vivido e suportado? Pensei comigo mesma ao escutar sua história... Diversas mulheres me pediram explicitamente para silenciar certas passagens de nossas conversas ou para não divulgar os nomes dos lugares onde seus testemunhos poderiam ser pendurados (Nota das tradutoras: estando visíveis, como em um mural). Esses sofrimentos ainda pareciam ser mantidos escondidos em parte, “invisibilizados”³⁸, como é o caso das histórias de movimento, seja por uma postura de força aparente dessas mulheres ou à sombra do discurso dominante reproduzido em certas obras³⁹. Espero ter ajudado a içar algumas velas aqui. Colocar-me à escuta exclusiva das mulheres me obrigou a relativizar, de modo ainda mais franco, a tese que defendi ou, pelo menos, torná-la ainda mais complexa.

De fato, se por um lado, eu demonstrei o quanto a partida para a migração envolvia explicitamente uma questão de reprodução social – por e no movimento –, aqui coloco mais explicitamente no centro do assunto uma outra história ainda por ser contada, a saber, a de uma ruptura com a organização social verdadeiramente sofrida por algumas mulheres nas ilhas. Uma história um tanto em desacordo com o discurso “dominante”. Uma história conjugada tal como uma fuga: controlada, nem sempre autorizada e dificultada por um contexto social que não conhece fronteiras livres, a partida dessas mulheres é também uma tentativa (até mesmo uma luta) por romper com padrões pré-estabelecidos. Por outro lado, as dimensões da “aventura” – claramente veiculadas e encenadas nos relatos masculinos sobre o movimento⁴⁰ - tomam um rumo diferente nas histórias dessas mulheres. A aventura (ou busca por uma “vida melhor”) não está mais estritamente associada a uma conquista do mundo exterior, mas carrega consigo uma dimensão ao mesmo tempo mais íntima e voltada para dentro, seja para conquistar seus sonhos ou para viver em outro “tipo” de lar, não mais definido pelos homens e/ou pelo resto da sociedade. Entretanto, e como vimos, a ruptura, por vezes, não passa de uma tentativa, ao passo que a conquista de seus sonhos, impõe-se como uma realidade impossível. Algumas especificidades ligadas ao contexto investigado – um espaço social “transnacional” – foram levantadas para explicar que a “fuga” dessas mulheres nem sempre ocasionava a ruptura esperada e imaginada. Entre rupturas e continuidades, o movimento dessas mulheres contribui para a produção de uma realidade complexa, ambígua e sobretudo repleta de esperanças, de sonhos e desejos que merece continuar sendo ouvida e estudada.

³⁸ ROZABAL, *op. cit.*

³⁹ Um discurso dominante com o qual eu também pude contribuir, ao não escolher deliberadamente uma abordagem de gênero em meu próprio trabalho.

⁴⁰ Para um desenvolvimento da noção de “migração de aventura” no contexto da África Subsaariana, ver BREDELOUP, Sylvie. *Migrations d'aventures. Terrains africains*. Paris: Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2014.

Referências bibliográficas

- BATALHA, Luís; CARLING, Jørgen (Eds.). *Transnational archipelago: perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008.
- BREDELOUP, Sylvie. *Migrations d'aventures. Terrains africains*. Paris: Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2014.
- DEFREYNE, Elisabeth. *Au rythme des tambours. Ethnographie des mobilités des « gens de Santo Antão » (Cap-Vert, Belgique, Luxembourg)*, Louvain-la-Neuve, Éditions Académie. No prelo.
- DEFREYNE, Elisabeth. *Ethnographie à Ponta do Sol (Santo Antão), via le prisme du tourisme*. Mémoire présenté dans le cadre du Master en Anthropologie – Université Catholique de Louvain, Louvain-La-Neuve, 2009.
- ÉVORA, Iolanda. Minha gente, minha terra: as atribuições sociais da emigrante em Cabo Verde. In: GRASSI, Marzia; ÉVORA, Iolanda (Orgs.). *Género e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, 2007.
- GIUFFRÉ, Martin. Mulheres que ficam e mulheres que migram: dinâmicas duma relação complexa na ilha de Santo Antão (Cabo Verde). In: GRASSI, Marzia; ÉVORA, Iolanda (Orgs.). *Género e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, 2007. pp. 193-215.
- GRASSI, Marzia. Transnational lives, labor, and gender in the Cape Verde diaspora. In: SILVA, Carmelita; FORTES, Celeste (Orgs.). *As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas*. Praia: Edições Uni-CV; CIGEF, 2011. pp. 223-240.
- HAGE, Ghassan. A not so multi-sited ethnography of a not so imagined community. In: *Anthropological Theory*, n. 5, pp. 463-575, 2005.
- LOBO, Andréa de Souza. *Tão longe, tão perto. Famílias e “movimentos” na ilha de Boa Vista de Cabo Verde*. Praia: Edições UniCV, 2012.
- ROSABAL, Maritza. As faces (in)visíveis da violência de género. In: SILVA, Carmelita; FORTES, Celeste (Orgs.). *As mulheres em Cabo Verde – experiências e perspectivas*. Praia: Edições Uni-CV, 2011. p. 141-166.